



Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas

Texto para Discussão n. 013

Distribuição de renda e mercado de trabalho em Goiás entre 2002 e 2009

Sandro Eduardo Monsueto

e

Rosycler Cristina Santos Simão

Goiânia

Fevereiro de 2010

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

M756d Monsueto, Sandro Eduardo.
Distribuição de renda e mercado de trabalho em Goiás entre 2002 e 2009 / Sandro Eduardo Monsueto, Rosycler Cristina Santos Simão. - Goiânia : UFG/FACE, 2010.
11 f. : il., tabs. (Textos para discussão ; n. 13)

Bibliografia.

1. Distribuição de renda – Goiás (Estado) 2. Mercado de Trabalho I. Título.

CDU:331.5(817.3)

Distribuição de renda e mercado de trabalho em Goiás entre 2002 e 2009

Sandro Eduardo Monsueto *

Universidade Federal de Goiás

Rosyler Cristina Santos Simão *

Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga/SP

Resumo

Este artigo tem por objetivo fazer uma breve descrição da distribuição de renda nos domicílios do estado de Goiás e do papel que o mercado de trabalho local tem sobre esta renda, usando dados da PNAD referentes ao período 2002/2009. De forma geral, é constatada uma renda per capita ligeiramente melhor distribuída quando comparada com a renda do país. Contudo, observa-se um nível de renda inferior, resultado, entre outras razões, da distribuição ocupacional do mercado de trabalho e dos menores salários do estado.

Palavras-chave: Distribuição de renda, Goiás, Mercado de trabalho.

Abstract

This article aims to give a brief description of the household's income distribution in Goiás and the role that the local labor market has on this income, using PNAD data for the period 2002/2009. Overall, it found a per capita income better distributed compared to income of the country. However, we observe a lower level of per capita income, resulting, among other reasons, of the occupational distribution of the labor market and the lower wages in the state.

Key words: Income distribution, Goiás, Labor market.

* Doutor em Economia (UAM). Professor de Economia da UFG.

* Doutora em Economia (UNICAMP). Professora de Economia da FAIBI.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo fazer uma breve descrição da distribuição de renda nos domicílios do estado de Goiás e do papel que o mercado de trabalho local tem sobre esta renda. Para tanto, são utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes ao período 2002/2009. De forma geral, os dados da PNAD permitem observar que a renda em Goiás é ligeiramente melhor distribuída quando comparada com a renda do país. Contudo, se observa um nível de renda inferior, resultado, entre outras razões, da distribuição ocupacional do mercado de trabalho e dos menores salários do estado.

A próxima seção apresenta algumas das características da renda geral dos domicílios, enquanto a terceira seção centraliza a análise sobre a renda proveniente do mercado de trabalho e de que forma esta se relaciona com a distribuição de renda no estado. A última seção finaliza o trabalho com algumas considerações finais. Para gerar uma base de dados mais homogênea dentro da região Centro-Oeste, a análise não considera os dados das informações do Distrito Federal.

2. A RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*

Esta seção mostra a evolução da renda dos domicílios goianos e como a renda está distribuída, comparando com a região Centro-Oeste e com o restante do país. Para isto considera-se a distribuição da renda domiciliar *per capita* (d), definida como o somatório da renda gerada no mercado de trabalho (w) e da renda proveniente de outras fontes¹ (π) das pessoas do domicílio, dividido pelo número de moradores do domicílio (n):

$$d = \frac{\sum_i (w_i + \pi_i)}{n}$$

Para os fins deste trabalho, são utilizados somente os domicílios particulares permanentes e como membros do domicílio são incluídos a pessoa de referência, o cônjuge, filhos, outros parentes e agregados, mas não são incluídos moradores classificados como pensionistas, empregado doméstico ou como parentes de empregado doméstico.

¹ Outras fontes de renda são: aposentadorias, pensões, aluguéis, doações, abono salarial e rendimento de juros. Mais detalhes sobre as definições de renda utilizadas na PNAD, ver IBGE, *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios: Notas Metodológicas*, 2008.

Com base nestas definições, um domicílio típico de Goiás apresenta, ao longo da presente década, uma renda média *per capita* de R\$ 603, 26², o que situa o estado na 10ª posição do ranking nacional de unidades da federação, entre Minas Gerais (R\$ 613,3) e o estado do Acre (R\$ 528,1). Como mostra a Tabela 1 abaixo, apesar de não superar a média brasileira e de estar abaixo da renda *per capita* média da região Centro-Oeste, a renda do estado de Goiás tem crescido a uma taxa superior nos últimos anos.

Tabela 1. Renda domiciliar *per capita*, composição e taxa de dependência

	Renda <i>per capita</i> (R\$ 2008)			Renda proveniente do Mercado de Trabalho (%)			Taxa de dependência (%)		
	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
2002	545,7	619,0	569,1	78,6	73,7	80,7	38,8	40,5	40,2
2004	556,1	588,7	556,1	77,4	72,3	79,4	36,2	38,2	37,8
2006	592,4	673,3	611,4	76,3	71,0	77,2	35,0	36,1	36,4
2008	703,1	721,5	713,2	76,3	71,3	77,6	33,2	34,2	34,3
Total	603,3	653,5	616,5	77,1	72,0	78,6	35,7	37,1	37,0

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

Como mencionado anteriormente, a renda *per capita* de cada domicílio está formada por uma série de componentes, provenientes ou não de atividades do mercado de trabalho. A renda originada diretamente das atividades do mercado de trabalho, ou seja, salários, remunerações e rendimentos, representa aproximadamente 77% da renda *per capita* goiana, enquanto que a renda proveniente de pensões por aposentadorias contribui com outros 10%, o que mostra uma maior importância relativa do mercado de trabalho do estado na composição da renda das famílias, quando comparado com a média nacional. A queda observada na contribuição do mercado de trabalho ao longo dos últimos anos pode ser o resultado, entre outros fatores, da expansão dos programas de transferência de renda do Governo Federal, recentemente reestruturados dentro do programa Bolsa Família.

Porém, nem todos os membros de um domicílio possuem fontes próprias de renda, principalmente os menores de idade, configurando o que se denomina de taxa de dependência, ou seja, a porcentagem de moradores que não têm nenhuma fonte de renda e que necessitam ser amparados financeiramente pelos demais membros da unidade. O tamanho médio dos domicílios no estado de Goiás é de 3,2 moradores, um pouco abaixo da média nacional de 3,4 indivíduos por domicílio. Os dados da Tabela 1 mostram, contudo, que as diferenças são mais

² Todos os valores monetários foram deflacionados para Reais de setembro de 2008, utilizando a metodologia proposta por Corseuil, C.H. e Foguel, M.N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*, IPEA, Texto para Discussão n. 897, 2002.

significativas quando se compara a taxa em que estes membros dependem financeiramente uns dos outros. Em Goiás, a taxa de dependência é menor do que a média brasileira e também da região Centro-Oeste, reafirmando a maior importância do mercado de trabalho na formação da renda do estado. A taxa de dependência mostra uma tendência de queda, possível resultado também da ampliação dos programas de transferência condicionada de renda e de uma maior entrada de outros membros da família no mercado de trabalho, como mulheres e jovens.

As informações da PNAD ajudam a entender a evolução não apenas do volume médio da renda domiciliar *per capita*, mas também como esta renda se encontra distribuída, o que possibilita identificar aspectos de pobreza e de desigualdade. Definindo uma linha de pobreza, ou seja, um nível de renda *per capita* abaixo do qual um domicílio pode ser considerado pobre, como sendo a metade do valor do salário mínimo em cada ano, a Tabela 2 mostra uma taxa de 18% de residências pobres em Goiás. Quando comparado com o país, a porcentagem de domicílios que vivem com até meio salário mínimo é menor no estado de Goiás e, a igual que o comportamento nacional, vem apresentando uma tendência de queda.

Tabela 2. Salário mínimo real, porcentagem de domicílios pobres e índice de Gini

	Salário Mínimo Real (R\$ de 2008)	Domicílios abaixo da linha de pobreza (%)			Índice de Gini		
		Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
2002	303,2	21,8	24,8	22,1	0,5456	0,5871	0,5562
2004	315,5	16,9	22,6	17,1	0,5318	0,5692	0,5283
2006	393,3	20,0	23,6	20,0	0,5007	0,5573	0,5160
2008	415,0	16,2	21,6	17,0	0,5129	0,5444	0,5191
Total	356,8	18,7	23,1	19,1	0,5227	0,5645	0,5299

Nota: linha de pobreza igual a meio salário mínimo vigente em setembro de cada ano.

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

Com relação à forma como a renda está concentrada, um instrumento bastante utilizado é o índice de Gini, um indicador que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais perto da unidade, mais concentrada em poucos domicílios está a renda do país ou região. Como se pode observar, da mesma forma que Goiás tem um nível de pobreza mais baixo, a renda no estado também se encontra menos concentrada, além de apresentar uma tendência de diminuição, já observada por outras pesquisas no Brasil³. Entretanto, como mostram os dados

³ Ver, por exemplo, Barros, R.P., Carvalho, M.; Franco, S. e Mendonça, R. *A queda recente da desigualdade de renda no Brasil*, IPEA, Texto para Discussão n. 1258, 2007.

mais recentes do PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento), esses valores são ainda muito elevados para os padrões internacionais⁴.

Pelo fato do índice de Gini apresentar apenas uma visão geral da concentração, por si só ele não fornece uma compreensão mais apurada do comportamento da desigualdade ao longo dos percentis da distribuição de renda. Para isso, pode-se, por exemplo, analisar as informações da Tabela 3, que mostra o quanto que cada quarto da distribuição está absorvendo da renda *per capita* total. Em caso de perfeita equidade distributiva, a totalidade de domicílios em cada um desses quartos deveria se beneficiar de 25% da renda domiciliar *per capita* em cada ano. No entanto, com a concentração, tem-se que os domicílios do último quarto, ou seja, os 25% mais ricos, detêm a maior parte desta renda, enquanto os domicílios do primeiro quarto (os 25% mais pobres) absorvem menos de 5% da renda *per capita* formada no país e menos de 10% da formada no estado de Goiás. No entanto, nos anos analisados, é possível observar a ocorrência de uma redistribuição em favor dos dois primeiros quartis, ou seja, em direção aos domicílios mais pobres, condizente com a redução observada no índice de Gini.

Tabela 3. Apropriação da renda domiciliar *per capita* segundo quartos da distribuição de renda (%)

	Goiás				Brasil				Centro-Oeste			
	2002	2004	2006	2008	2002	2004	2006	2008	2002	2004	2006	2008
25% mais pobres	5.3	5.7	6.1	6.0	3.9	4.3	4.7	4.8	5.0	5.6	5.9	5.9
2º quartil	13.0	12.2	16.1	13.3	10.0	11.0	12.9	12.2	12.1	11.9	11.9	12.8
3º quartil	16.1	18.0	16.3	18.1	17.2	17.8	16.2	18.2	16.5	18.7	19.5	18.2
25% mais ricos	65.6	64.2	61.5	62.6	68.8	67.0	66.2	64.9	66.4	63.8	62.8	63.2

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

De modo geral, os dados desta seção mostram uma elevada desigualdade de renda entre os domicílios goianos, mas abaixo da média nacional e com uma tendência de queda ao longo do tempo. Esta desigualdade de renda tem como consequência, entre outros efeitos, a presença de uma igualmente elevada porcentagem de unidades domiciliares pobres, apesar de também apresentar valores abaixo do que se observa para o total do país. Também se constata que o mercado de trabalho é a principal fonte de renda dos domicílios brasileiros, principalmente dentro de Goiás. Desta forma, a próxima seção se dedica a analisar este componente da renda e qual o papel do mercado de trabalho sobre os índices de pobreza e de desigualdade observados.

⁴ Uma comparação do índice de Gini e outras medidas de desigualdade entre diversos países pode ser obtida diretamente do site do PNUD: <http://hdr.undp.org/en/>.

3. A RENDA DO TRABALHO

Esta seção analisa alguns componentes do mercado de trabalho goiano, buscando evidências de seu papel sobre a formação da renda dos domicílios do estado. A Tabela 4 abaixo mostra algumas definições importantes para se entender este mercado. Em primeiro lugar, apresenta a população em idade ativa (PIA), ou seja, a parcela da população total com idade para o mercado de trabalho, aqui definida como as pessoas com idade entre 18 e 64 anos⁵. Em média, durante os anos analisados, cerca de 62% da população do estado de Goiás se enquadra nesta definição, quase um ponto percentual acima da média nacional.

Tabela 4. PIA, PEA e taxa de desemprego (%)

	Pop. Idade Ativa (PIA)			Pop. Econ. Ativa (PEA)			Taxa de Desemprego		
	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
2002	60.8	59.5	60.1	75.5	75.5	76.3	5.5	8.1	5.6
2004	61.1	60.2	60.6	77.3	76.5	78.0	6.2	7.9	5.7
2006	62.8	61.3	62.0	76.3	77.0	77.3	6.2	7.7	6.5
2008	62.2	62.1	62.3	79.9	77.2	79.4	5.7	6.3	5.5
Total	61.7	60.8	61.3	77.3	76.6	77.8	5.9	7.5	5.8

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

A PEA, população economicamente ativa, definida pela proporção da PIA que está no mercado de trabalho, empregada, atuando como empregador ou buscando emprego, constitui a oferta de mão de obra do país ou região. Também para este caso se observa uma participação mais intensa da população goiana no mercado de trabalho, sendo que a diferença em relação ao resto do país vem se acentuando ao longo dos anos. Por fim, as últimas colunas da Tabela 4 apresentam a taxa de desemprego, permitindo constatar que, apesar da maior proporção de pessoas atuando como ofertantes de mão de obra, Goiás detém uma taxa de desemprego mais baixa que o país, acompanhando a tendência da região Centro-Oeste. Estes dados ajudam a entender a menor taxa de dependência observada na seção anterior para Goiás, uma vez que a proporção de indivíduos trabalhando e, por tanto, com renda é maior.

De acordo com o IBGE, a renda do trabalho está constituída de salários (não incluindo 13º salário, férias e participação nos lucros do empregador) e o rendimento de empreendimento como conta-própria ou como empregador. Considerando apenas a renda da ocupação principal de cada trabalhador ou empregador, a remuneração média no estado de

⁵ Note que esta definição é diferente da comumente empregada pelo IBGE, que considera os maiores de 5 ou de 10 anos de idade.

Goiás em 2008 é de R\$ 1.004,91, levemente inferior à média do país e da região Centro-Oeste (respectivamente R\$ 1.005,14 e R\$ 1.063,10). Quando são considerados unicamente os trabalhadores assalariados do setor privado, o desnível salarial em relação ao país fica mais evidente. Enquanto os assalariados goianos ganham em média R\$ 765,47 de salário mensal, o observado para média nacional é de R\$ 846,21. Contudo, enquanto a renda do trabalho cresceu cerca de 6% no Brasil entre 2002 e 2008, Goiás apresenta uma taxa de crescimento de 18%, superior inclusive ao crescimento médio da região (15%).

Talvez, mais importante que analisar os salários ou remunerações totais, seja a comparação da remuneração por hora de trabalho. Em Goiás, um trabalhador ou empregador médio, no ano de 2008 recebeu cerca de R\$ 5,90 por hora trabalhada, enquanto a média nacional foi de R\$ 6,05 e a da região de R\$ 6,21. Ou seja, apesar da pequena diferença observada anteriormente na renda total do trabalho, o trabalhador goiano tem de trabalhar mais horas por semana para conseguir este mesmo volume de rendimento. De fato, em Goiás, um trabalhador típico, seja assalariado, conta-própria ou empregador, dedica uma média de 41,8 horas semanais ao mercado de trabalho e, no Brasil, 40,4 horas por semana. Considerando apenas os assalariados do setor privado, em Goiás as horas semanais chegam a 43,3 e no Brasil a 42,2 em média.

Com relação à forma de inserção destes trabalhadores no mercado, a Tabela 5 permite observar uma maior proporção de trabalhadores sem a carteira de trabalho assinada no estado de Goiás, principalmente entre os trabalhadores domésticos. Em compensação, é maior a porcentagem de empregadores no estado, que também recebem os maiores rendimentos-hora, inclusive maiores que a média nacional.

Tabela 5. Distribuição ocupacional e salário-hora (2008)

	%			Salário-Hora (R\$ de 2008)		
	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
Assalariados						
- Com Carteira	36.6	40.2	36.7	5.0	5.7	5.0
- Sem Carteira	18.8	17.7	18.1	3.9	4.2	4.2
Empregados Domésticos						
- Com Carteira	2.1	2.1	2.1	2.7	3.1	2.9
- Sem Carteira	7.0	5.6	6.5	2.5	2.5	2.6
Militares e Func. Públ.	8.5	8.0	9.2	9.8	10.8	10.3
Conta Própria	20.8	21.6	21.4	5.8	5.4	5.9
Empregadores	6.2	4.8	6.1	17.1	16.3	19.2
Total	100.0	100.0	100.0	5.9	6.1	6.2

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

O emprego com carteira de trabalho assinada, além de, em geral, representar uma maior estabilidade ao trabalhador, também tem a melhor remuneração por hora trabalhada entre os assalariados, mas ainda abaixo da média brasileira. Estes trabalhadores são também os mais qualificados entre os assalariados, com uma média de 8,8 anos de estudo contra 7,5 anos dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (entre os domésticos, esses dados são de 6,7 e 5,5 anos de educação para os com carteira e sem carteira, respectivamente).

Dado que o mercado de trabalho é a principal fonte de renda, esta forma de inserção nas atividades remuneradas é um importante determinante de como a renda é distribuída às famílias. A Tabela 6 mostra a renda *per capita* dos domicílios segundo a ocupação da pessoa de referência, ou o chefe do domicílio. Apesar da figura do chefe de família vir perdendo importância na formação dos lares brasileiros, sobretudo com a expansão dos novos arranjos familiares durante e depois da década de noventa⁶, a inserção do chefe ainda pode ser utilizado como uma *proxy* do efeito do mercado de trabalho sobre os domicílios.

Tabela 6. Renda domiciliar *per capita* e porcentagem de domicílios pobres segundo a ocupação do chefe do domicílio (2008)

Ocupação do chefe do domicílio	Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$ 2008)			Domicílios abaixo da linha de pobreza (%)		
	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
Assalariados						
- Com Carteira	772.3	886.5	752.7	12.1	14.6	13.3
- Sem Carteira	572.4	652.0	620.2	25.4	36.3	26.2
Empregados Domésticos						
- Com Carteira	458.7	497.6	443.3	17.4	17.4	18.6
- Sem Carteira	409.7	384.7	384.9	32.8	40.0	33.0
Militares e Func. Públ.	1407.7	1494.1	1419.4	4.2	6.5	4.9
Conta Própria	717.1	773.2	740.0	18.1	29.0	20.2
Empregadores	2489.8	2374.5	2536.9	2.5	5.8	2.4
Total	703.1	721.5	713.2	16.2	21.6	17.0

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

Como se pode observar, os domicílios cujos chefes se encontram ocupados em atividades assalariadas sem a carteira de trabalho assinada têm uma renda *per capita* inferior e, em consequência, uma maior propensão à pobreza. Ainda assim, em quase todos os casos, a incidência de residências pobres entre os domicílios goianos é inferior ao observado na média do país e na média da região Centro-Oeste.

⁶ Uma descrição deste fenômeno pode ser obtida em Medeiros, M. e Osorio, R. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*, IPEA, Texto para Discussão n. 788, 2001.

Esses dados permitem contatar que as desigualdades do mercado de trabalho são transmitidas para a sociedade como um todo. Em Goiás, por um lado, a renda do trabalho é mais importante que no resto do país para formar a renda das famílias. Contudo, dada a mais elevada proporção de trabalhadores sem a carteira de trabalho assinada, estes trabalhadores têm que trabalhar mais para manter uma família do mesmo tamanho que a média nacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo descreveu de forma breve algumas das características da renda dentro do estado de Goiás, utilizando a renda domiciliar *per capita*, ou seja, a renda total dividida pelo número de moradores de cada residência. Os dados da PNAD mostram um nível de pobreza e de desigualdade inferior no estado em relação ao resto do Brasil durante a atual década e confirmam que Goiás também tem se beneficiado da tendência nacional de redução da desigualdade.

Com relação ao papel do mercado de trabalho, são observadas suas tendências centrais. De um lado, a participação da renda do mercado de trabalho sobre a renda total das famílias goianas é maior, quando comparada com o país como um todo. De outro lado, contudo, a menor remuneração do trabalho contribui para um menor nível de renda no estado de Goiás. Em outras palavras, um trabalhador típico de Goiás tem que trabalhar durante mais horas por semana para sustentar uma família basicamente do mesmo tamanho que a média nacional.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R.P., CARVALHO, M.; FRANCO, S. e MENDONÇA, R. *A queda recente da desigualdade de renda no Brasil*, IPEA, Texto para Discussão n. 1258, 2007.
- CORSEUIL, C.H. e FOGUEL, M.N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*, IPEA, Texto para Discussão n. 897, 2002.
- IBGE, *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios: Notas Metodológicas*, 2008.
- MEDEIROS, M. e OSORIO, R. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*, IPEA, Texto para Discussão n. 788, 2001.